



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2021



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMISSÃO 27/01/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	8.512.149,14	10.349.211,16	PASSIVO CIRCULANTE	291.488,22	294.917,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.612.154,60	8.242.254,88	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	570.310,84	861.942,79	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	570.310,84	861.942,79	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	289.969,24	287.067,89
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.329.683,70	1.245.013,49	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.518,98	7.850,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	76.179.360,17	85.342.779,49	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	291.488,22	294.917,89
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2021	2020
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	75.170.449,19	84.263.075,34	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	37.330.879,89	27.270.555,19	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	58.731.337,39	46.957.597,45	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-21.400.457,50	-19.687.042,26	Resultados Acumulados	84.400.021,09	95.397.072,76
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-21.011.923,56	2.628.801,62
Bens Imóveis	37.839.569,30	56.992.520,15	Resultados de Exercícios Anteriores	95.397.072,76	90.088.594,31
Bens Imóveis	38.101.696,09	57.240.322,60	Ajustes de Exercícios Anteriores	10.014.871,89	2.679.676,83
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-262.126,79	-247.802,45	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.400.021,09	95.397.072,76
Intangível	1.008.910,98	1.079.704,15			
Softwares	1.008.910,98	1.079.704,15			
Softwares	1.479.949,15	1.312.387,58			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-471.038,17	-232.683,43			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EMIÇÃO 27/01/2022 PAGINA 2

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	84.691.509,31	95.691.990,65	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.691.509,31	95.691.990,65

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	6.612.154,60	8.242.254,88	PASSIVO FINANCEIRO	5.457.547,65	10.544.983,64
ATIVO PERMANENTE	78.079.354,71	87.449.735,77	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	79.233.961,66	85.147.007,01

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	37.315.539,85	33.425.300,78
Atos Potenciais Ativos	-	-	Atos Potenciais Passivos	37.315.539,85	33.425.300,78
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	37.315.539,85	33.425.300,78
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	37.315.539,85	33.425.300,78

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	1.861.171,97
Recursos Vinculados	-706.565,02
Previdência Social (RPPS)	-754.597,86
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	48.032,84
TOTAL	1.154.606,95



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2021

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
27/01/2022

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	227.617.160,55	238.395.174,33
Ordinárias	-	-	Ordinárias	178.303.095,55	189.031.807,16
Vinculadas	-	-	Vinculadas	49.314.065,00	49.363.367,17
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.531.100,00	4.304.467,10
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	41.718.834,00	41.184.107,07
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.064.131,00	3.874.793,00
Transferências Financeiras Recebidas	225.605.456,48	237.048.395,83	Transferências Financeiras Concedidas	1.690.159,37	1.962.632,13
Resultantes da Execução Orçamentária	224.949.323,18	235.967.437,06	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	224.949.323,18	235.967.437,06	Independentes da Execução Orçamentária	1.690.159,37	1.962.632,13
Independentes da Execução Orçamentária	656.133,30	1.080.958,77	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.690.159,37	1.962.632,13
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	647.824,58	1.047.718,53	Aporte ao RPPS	-	-
Demais Transferências Recebidas	3.078,43	16.558,02	Aporte ao RGPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.230,29	16.682,22			
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	7.278.503,23	12.549.570,61	Pagamentos Extraorçamentários	5.206.740,07	1.249.462,59
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	289.929,24	287.067,89	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	287.027,89	226.347,68
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	5.165.299,43	10.196.828,39	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.776.486,59	889.474,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	136.894,57	131.892,95	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	139.744,57	131.892,95
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.686.379,99	1.933.781,38	Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.481,02	1.747,24
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.529,34	4.389,49	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	3.481,02	1.747,24
Arrecadação de Outra Unidade	1.681.850,65	1.929.391,89			
Saldo do Exercício Anterior	8.242.254,88	251.557,49	Saldo para o Exercício Seguinte	6.612.154,60	8.242.254,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.242.254,88	251.557,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.612.154,60	8.242.254,88
TOTAL	241.126.214,59	249.849.523,93	TOTAL	241.126.214,59	249.849.523,93



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2021

PERÍODO
Anual

TÍTULO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
27/01/2022

PÁGINA
1

SUBTÍTULO
70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ÓRGÃO SUPERIOR
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMISSÃO 27/01/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			227.617.160,55	227.617.160,55
TOTAL	-	-	227.617.160,55	227.617.160,55
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	3.235.540,00	-	-3.235.540,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	3.235.540,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	221.550.574,00	223.854.614,00	224.833.132,55	221.338.549,12	221.048.619,88	-978.518,55
Pessoal e Encargos Sociais	185.815.371,00	190.466.209,00	191.046.666,22	188.702.218,71	188.702.218,71	-580.457,22
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	35.735.203,00	33.388.405,00	33.786.466,33	32.636.330,41	32.346.401,17	-398.061,33
DESPESAS DE CAPITAL	1.852.528,00	2.784.028,00	2.784.028,00	1.113.312,00	1.113.312,00	-
Investimentos	1.852.528,00	2.784.028,00	2.784.028,00	1.113.312,00	1.113.312,00	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	223.403.102,00	226.638.642,00	227.617.160,55	222.451.861,12	222.161.931,88	-978.518,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	223.403.102,00	226.638.642,00	227.617.160,55	222.451.861,12	222.161.931,88	-978.518,55
TOTAL	223.403.102,00	226.638.642,00	227.617.160,55	222.451.861,12	222.161.931,88	-978.518,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 27/01/2022	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.837,40	9.163.870,09	4.000.862,81	4.000.862,81	5.175.084,68	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.274.381,86	647.824,58	647.824,58	3.626.557,28	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.837,40	4.889.488,23	3.353.038,23	3.353.038,23	1.548.527,40	760,00
DESPESAS DE CAPITAL	40.399,96	1.032.958,30	775.623,78	775.623,78	297.734,48	-
Investimentos	40.399,96	1.032.958,30	775.623,78	775.623,78	297.734,48	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	53.237,36	10.196.828,39	4.776.486,59	4.776.486,59	5.472.819,16	760,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	285.360,52	285.320,52	-	40,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	285.360,52	285.320,52	-	40,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.707,37	1.707,37	-	-
Investimentos	-	1.707,37	1.707,37	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	287.067,89	287.027,89	-	40,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2021

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
27/01/2022

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	238.016.325,45	240.349.019,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.608,62	49,72
Impostos	-	-
Taxas	3.608,62	49,72
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	17,80
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	17,80
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.616,69	1.411,97
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	5.616,69	1.411,97
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	228.170.790,94	238.033.163,68
Transferências Intragovernamentais	225.605.456,48	237.048.395,83
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.565.334,46	984.767,85
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	8.163.683,86	386.463,76
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	8.159.154,52	375.747,09
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.529,34	10.716,67
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.672.625,34	1.927.912,56
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2021	PERIODO Anual
EMISSAO 27/01/2022	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.672.625,34	1.927.912,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	259.028.249,01	237.720.217,87
Pessoal e Encargos	155.137.213,50	151.354.166,30
Remuneração a Pessoal	126.039.779,87	123.804.168,43
Encargos Patronais	22.665.228,42	21.366.151,96
Benefícios a Pessoal	6.432.205,21	6.183.845,91
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	45.526.327,98	46.713.498,35
Aposentadorias e Reformas	32.066.087,47	31.405.843,91
Pensões	8.847.327,35	10.849.155,95
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.612.913,16	4.458.498,49
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	29.580.749,25	33.474.748,63
Uso de Material de Consumo	842.374,61	2.475.133,56
Serviços	23.850.992,91	26.469.677,03
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.887.381,73	4.529.938,04
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	0,10
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	0,10
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.990.773,37	3.261.595,46
Transferências Intragovernamentais	1.690.159,37	1.962.632,13
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5.300.614,00	1.298.963,33
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	21.484.631,21	2.569.907,05
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	21.484.631,21	2.569.907,05



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2021	PERIODO Anual
-------------------	------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSAO 27/01/2022	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	198.977,90	217.833,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	86.695,18	115.363,75
Contribuições	112.282,72	102.470,03
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	109.575,80	128.468,20
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.375,00	16.875,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	106.200,80	111.593,20
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-21.011.923,56	2.628.801,62

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2021	PERIODO Anual
EMISSAO 27/01/2022	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	260.542,87	10.868.036,09
INGRESSOS	227.428.731,04	239.114.070,16
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	227.428.731,04	239.114.070,16
Ingressos Extraorçamentários	136.894,57	131.892,95
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.529,34	4.389,49
Transferências Financeiras Recebidas	225.605.456,48	237.048.395,83
Arrecadação de Outra Unidade	1.681.850,65	1.929.391,89
DESEMBOLSOS	-227.168.188,17	-228.246.034,07
Pessoal e Demais Despesas	-203.343.955,04	-205.448.973,05
Legislativo	-	-
Judiciário	-162.376.237,88	-163.200.405,78
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-40.964.236,14	-42.246.820,03
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2021	PERIODO Anual
EMISSAO 27/01/2022	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

	2021	2020
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-3.481,02	-1.747,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-21.994.329,19	-20.702.535,94
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-21.994.329,19	-20.702.535,94
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-1.829.903,94	-2.094.525,08
Dispêndios Extraorçamentários	-139.744,57	-131.892,95
Transferências Financeiras Concedidas	-1.690.159,37	-1.962.632,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.890.643,15	-2.877.338,70
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.890.643,15	-2.877.338,70
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.720.652,30	-2.625.562,83
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-169.990,85	-251.775,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.630.100,28	7.990.697,39
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.242.254,88	251.557,49
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.612.154,60	8.242.254,88

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS, CONTAS OU GRUPOS DE CONTAS, SALDOS E OCORRÊNCIAS RELATIVOS À ATUAÇÃO E À SITUAÇÃO FINANCEIRA DA UPC NO EXERCÍCIO

Seção de Contabilidade da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade é responsável pelas atividades de conformidade de gestão dos atos e fatos contábeis do TRESA, bem como pela conferência e publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Órgão, cálculo dos reajustes/repactuações de contratos de prestação de serviços/locações e acompanhamento das demonstrações contábeis/financeiras do TRESA.

- Seção composta por 3 servidores de carreira, com formação /experiência na área contábil/administrativa. (1 Analista Judiciário - Área Administrativa - Contador, 1 Analista Judiciário - Área Administrativa, e 1 Técnico Judiciário - Área Administrativa)

- Responsável pela Seção/Chefe Titular: Marcos David Fermino, CRC/SC - 024.866/O-9 - matrícula funcional 106305, Analista Judiciário - Área Administrativa - Contador.

Demais Servidores :

Claudio Roberto Januário - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Wilson Raimundo Rezzadori - Analista Judiciário - Área Administrativa

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n. 4.320/1964

1. Principais diretrizes contábeis

1.1. Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Portaria n. 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

O Decreto n. 6.976/2009 atribuiu à STN a competência para promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

A Portaria STN n. 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, determinando que a Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

No exercício financeiro de 2016, o PCASP já estava integralmente implantado no âmbito da Justiça Eleitoral.

1.2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 foram elaboradas em conformidade com a Lei n.

4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e de acordo com o Manual SIAFI de Procedimentos para Elaboração de Demonstrações Contábeis.

I - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2021 é demonstrado pela igualdade entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 227.617.160,55 (duzentos e vinte e sete milhões, seiscentos e dezessete mil, cento e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos) e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 227.617.160,55 (duzentos e vinte e sete milhões, seiscentos e dezessete mil, cento e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos), apresentando um resultado nulo, sem déficit ou superávit.

II - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2021 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

ingressos orçamentários (R\$ 225.605.456,48) com os extraorçamentários (R\$ 7.278.503,23) que foi de R\$ 232.883.959,71 (duzentos e trinta e dois milhões, oitocentos e oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), e dos dispêndios orçamentários (R\$ 227.617.160,55) e extraorçamentários (R\$ 6.896.899,44) que foi de R\$ 234.514.059,99 (duzentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e quatorze mil, cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos). Do confronto dos valores de ingresso e dispêndio restou um resultado negativo de R\$ 1.630.100,28 (um milhão, seiscentos e trinta mil, cem reais, vinte e oito centavos), o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie transferido para o exercício seguinte (R\$ 6.612.154,60) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 8.242.254,88).

III - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial e financeira do órgão público em uma determinada data. No balanço patrimonial, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da entidade.

Estão assim distribuídos os grupos de contas do Balanço Patrimonial:

a) Ativo Circulante

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (composto pelos adiantamentos de férias concedidos), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Estoques (Material de consumo

que se encontra no estoque do almoxarifado, os quais são registrados pelo custo de aquisição e baixados pelo custo médio ponderado).

b) Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, deduzidos pela Depreciação e Amortização.

c) Passivo Circulante

O Passivo Circulante inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (composto por impostos a recolher) e Demais Obrigações a Curto Prazo.

d) Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante não apresentou nenhum saldo ao final do exercício de 2021.

e) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos do órgão depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2021 demonstra o total do Ativo de R\$ 84.691.509,31 e o total do Passivo de R\$ 291.488,22, apresentando o Resultado Acumulado de R\$ 84.400.021,09, o qual está constituído pelo Resultado do Exercício de R\$ 21.011.923,56 (déficit), pelos Resultados de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 95.397.072,76 e pelo valor de Ajuste de Exercícios Anteriores no montante de 10.014.871,89 (positivo). O valor de ajuste de exercícios anteriores

decorre da implantação dos procedimentos de Reavaliação das Urnas Eletrônicas e da Depreciação desses itens. A implantação do referido procedimento seguiu as instruções recebidas da Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Orientação n. 12/2019.

IV - Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas. A DVP do exercício de 2021 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 238.016.325,45 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 259.028.249,01, gerando como resultado patrimonial do período um déficit de R\$ 21.011.923,56 (vinte e um milhões, onze mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos).

Analisando-se a demonstração das variações patrimoniais do ano de 2021 e comparando com o resultado de 2020, o qual foi um superávit de R\$ 2.628.801,62, pode ser observado que houve uma redução no resultado da ordem de 799,30%. Cabe salientar que o resultado do exercício de 2021 foi fortemente influenciado pela baixa de bens, em especial

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

os imóveis, em decorrência da devolução de imóveis à União, no montante de R\$ 20.138.626,51 (vinte milhões, cento e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos). Os imóveis devolvidos estavam localizados em São José, o qual servia como Depósito de Urnas, e em São Carlos, o qual abrigava a sede do Cartório Eleitoral.

Déficit é o resultado apurado ao final do exercício que aponta saldo negativo (no caso de positivo, superávit) no confronto entre a soma de todas as receitas e de todas as despesas empenhadas, indicando que as receitas orçamentárias foram menores do que as despesas orçamentárias. Difere do déficit financeiro, pois não significa necessariamente que o Poder Público gastou, de fato, mais dinheiro do que dispunha, mas sim que autorizou, no ano, mais gastos do que os recursos que se encontravam disponíveis no exercício.

Quando se refere apenas ao confronto entre receitas correntes e despesas correntes, é chamado de déficit ou superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 3º, Lei n. 4.320/1964).

V - Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes. A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2021 foi negativa, no montante de R\$ 1.630.100,28.

Com relação às informações sobre o setor de contabilidade, o art. 23 da Res. TRES n. 7.930/2015 assim dispõe:

“Art. 23. À Seção de Análise Contábil cumpre:

I - exercer a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial em face dos princípios constitucionais e da legislação aplicável;

II - orientar e executar as atividades relacionadas à análise da documentação comprobatória da execução orçamentária e financeira da despesa;

[...]

V - propor a impugnação de qualquer ato relativo à realização da despesa que incida em vedação de natureza legal ou regulamentar, promovendo a inscrição em Diversos Responsáveis, à conta dos gestores, até a apuração dos fatos;

VI - efetuar a conferência dos relatórios periódicos de movimentação dos bens móveis e do material no almoxarifado do Tribunal, bem como dos respectivos inventários, inclusive dos bens imóveis, com os registros efetivados no Sistema de Administração Financeira da União - SIAFI e no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIU;

VII - conferir e analisar contas, balancetes, balanços e demonstrativos contábeis do Tribunal, propondo medidas de saneamento de posições ou situações anormais, ociosas ou passíveis de aperfeiçoamento;

VIII - verificar a correção e o atendimento às normas legais do Relatório de Gestão Fiscal elaborado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças;

IX - validar os registros contábeis efetuados pelas Unidades Gestoras Executoras do Tribunal no SIAFI, em confronto com os documentos originários, solicitando

os ajustes cabíveis;

[...]

XI - efetuar a conformidade contábil no exercício da fiscalização dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa do Tribunal, informando às unidades gestoras executoras eventuais restrições;

[...]

XIII - acompanhar o cumprimento das metas previstas nos Planos Plurianual e Anual, a execução do orçamento e dos programas de trabalho a cargo do Tribunal, observadas a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;

[...].”

O teor da Res. TRES n. 7.930/2015 pode ser acessado por meio do link <http://apps.tre-sc.jus.br/site/legislacao/normas-administrativas/resolucao-tresc/2015/res-tresc-7930-2015-regulamento-interno/index.html>

Em relação à Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil, o TRES não foi objeto de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público.

Os balanços, demonstrações e notas explicativas podem acessadas por meio do link <https://www.tre-sc.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/orcamento-financas-e-pagamentos/demonstracoes-contabeis-e-notas->

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

[explicativas](#)

Notas Explicativas

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Anteriormente à edição das normas, o Imobilizado da Contabilidade Pública ficava registrado pelo seu valor de aquisição, não sofrendo nenhuma alteração no decorrer de sua vida útil.

E, ainda, os bens registrados no balanço patrimonial da Contabilidade Pública consignavam valores insignificantes, como por exemplo, R\$ 0,01 (centavo de real). Esse fato foi recorrente nas oportunidades em que houve conversão de moeda, como aconteceu em 1994, com a implantação do Plano Real no Brasil, oportunidade em que os bens antigos que já apresentavam valores baixos ficaram registrados por esse valor mínimo. Por isso, a Contabilidade Pública apresentava as mais diversas distorções. Aplicando-se a depreciação, esse fato não mais acontecerá, pois passa a ser possível evidenciar que as demonstrações contábeis do Órgão apresentarão valores reais do Ativo Imobilizado, que poderão auxiliar os dirigentes das instituições na tomada de decisão.

Estimar a vida útil de um bem às vezes é difícil, mas é importante que esses períodos contábeis sejam o mais aproximado possível, pois neles serão alocadas as despesas apuradas da depreciação.

O problema crítico na determinação das quotas de depreciação é o estabelecimento da vida útil, devido à infinidade de fatores que influenciam a durabilidade do bem, especialmente no caso de máquinas e equipamentos. Pode-se dizer que, na escolha do melhor método, cada órgão deve avaliar aquele que mais vantagem lhe ofereça, pois tudo depende do tipo de bens que ele dispõe.

Existem vários métodos para calcular a depreciação, sendo os mais tradicionais: método das quotas constantes ou em linha reta; método da soma dos dígitos dos anos; método de unidades produzidas; método de horas de trabalho e método da taxa dobrada.

No momento em que o Ativo Imobilizado estiver totalmente depreciado e alguns desses bens ainda apresentarem condições de uso, eles deverão ser novamente reavaliados, registrados pelo valor de reavaliação para, então, iniciar-se novamente a depreciação, conforme estimativa de sua nova vida útil.

Método de depreciação utilizado

O método utilizado pelo Tribunal é o das quotas constantes ou em linha reta, conforme instruções recebidas da Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Orientação n. 01/2010.

“O método das quotas constantes é o mais utilizado,

pois seus cálculos são os mais simples possíveis, e pode ser aplicado ao total de bens de uma mesma espécie. Esse método consiste em dividir o valor do bem pelo número de anos de sua provável duração e considerar cada uma dessas parcelas como depreciação de um ano” (FRANCO, 1981, p. 178).

A partir da reavaliação dos bens e da definição do tempo de vida útil restante, iniciou-se novo período de aplicação de depreciação dos bens. Cabe destacar que, referente ao item veículo automotor (subitem 52), a reavaliação deu-se com base nos índices/valores pesquisados por meio da tabela FIPE (www.fipe.org.br), conforme sugestão contida na orientação SOF/TSE. No tocante à reavaliação das urnas eletrônicas, o procedimento foi efetuado de forma unificada pelo TSE, com padrões idênticos de valores e de definição de vida útil para todos os Tribunais Regionais Eleitorais.

Por fim, cabe salientar que todos os procedimentos supramencionados obedeceram ao disposto na Orientação SOF/TSE n. 1/2010, bem como nas Resoluções CFC n. 1.136/2008 e n. 1.137/2008.